



**Autores**  
Gabriel Wedy  
Rafael Martins Costa Moreira

**MANUAL DE DIREITO  
AMBIENTAL PARA  
CONCURSOS**

**Com base na jurisprudência  
atualizada dos Tribunais Superiores**

**Prefácio**  
*Ingo Wolfgang Sarlet*

**Apresentação**  
*Reynaldo Soares da Fonseca*

A presente obra tem por escopo o estudo, de forma didática e objetiva, do Direito Ambiental brasileiro, para aqueles que pretendem se candidatar a vagas em concursos públicos.

Nos últimos anos, o Direito Ambiental não apenas tem ganhado crescente importância na academia, como também tem sido objeto de mudanças profundas graças ao protagonismo crescente dos tribunais, notadamente em tempos de mudanças climáticas e recrudescimento dos conflitos socioambientais. Pode ser considerada “a disciplina do momento” para os concursos públicos no âmbito dos três poderes e das três esferas federativas, os quais, em todas as suas fases (objetiva, dissertativa, prática e oral), estão ampliando o número de questões sobre a matéria.

Este livro não tem a pretensão, certamente, de esgotar todos os pontos tratados, tampouco de analisar todas as novas ramificações que com frequência surgem do estudo do Direito Ambiental. Porém, apresenta um guia seguro e uma visão geral para aqueles que pleiteiam uma posição nos diversos cargos públicos em que é exigida a disciplina de Direito Ambiental, com destaque para a legislação atualizada, a orientação jurisprudencial consolidada e predominante no âmbito dos Tribunais Superiores e, é claro, a doutrina mais atualizada.

**Área específica**  
DIREITO AMBIENTAL.

**Áreas afins**  
DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO  
ADMINISTRATIVO.

**Público-alvo/consumidores**  
CONCURSANDOS E ALUNOS DE GRADUAÇÃO E  
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001559

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

W393m Wedy, Gabriel  
Manual de Direito Ambiental: de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores / Gabriel Wedy, Rafael Martins Costa Moreira. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.  
480p.; 14,5cm x 21,5cm  
  
ISBN: 978-85-450-0635-0  
  
1. Direito Ambiental. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Administrativo. I. Moreira, Rafael Martins Costa. II. Título.  
  
CDD: 341.347  
CDU: 349.6

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

WEDY, Gabriel; MOREIRA, Rafael Martins Costa. *Manual de Direito Ambiental: de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 480p. ISBN 978-85-450-0635-0.

**Gabriel Wedy** é Juiz Federal. Pós-Doutor em Direito, com período de pesquisa na *Columbia Law School – Sabin Center for Climate Change Law* (Estados Unidos) e na *Universität Heidelberg – Instituts für deutsches und europäisches Verwaltungsrecht* (Alemanha). *Visiting Scholar* na *Columbia Law School* e Professor Visitante na *Universität Heidelberg* Professor nos programas de pós-graduação e graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor e coordenador da disciplina de Direito Ambiental na Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE). Ex-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

**Rafael Martins Costa Moreira** é Juiz Federal. Mestre e Doutorando em Direito pela PUCRS. Professor de Direito Ambiental e Administrativo na ESMAFE, ESMAFESC e Curso Ênfase. Autor do livro *Direito Administrativo e Sustentabilidade: o novo controle judicial da Administração Pública*.

PREFÁCIO	
<b>Ingo Wolfgang Sarlet</b> .....	19
APRESENTAÇÃO	
<b>Reynaldo Soares da Fonseca</b> .....	23
INTRODUÇÃO .....	27
CAPÍTULO 1	
DIREITO AMBIENTAL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, CONCEITO E CONCEPÇÕES .....	29
1.1 Evolução histórica do Direito Ambiental .....	29
1.2 Conceito do Direito Ambiental .....	32
1.3 Concepções do Direito Ambiental: para além do antropocentrismo .....	33
CAPÍTULO 2	
DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO .....	37
2.1 Direito ao meio ambiente como direito fundamental e difuso de terceira dimensão .....	37
2.2 Aspectos do meio ambiente: natural, cultural, artificial e do trabalho .....	41
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL .....	45
3.1 Princípio do desenvolvimento sustentável .....	45
3.2 Princípio da equidade ou solidariedade intergeracional .....	48
3.3 Função socioambiental da posse e da propriedade .....	50
3.4 Princípio do poluidor-pagador .....	53
3.5 Princípio do protetor-recebedor .....	55
3.6 Princípio do usuário-pagador .....	56
3.7 Princípios da prevenção e da precaução .....	56
3.7.1 Princípio da prevenção .....	57
3.7.2 Princípio da precaução .....	58
3.8 Princípio da proporcionalidade socioambiental .....	67
3.9 Princípio da participação .....	73
3.10 Princípio da transparência .....	78
3.11 Princípio da cooperação internacional ou da cooperação entre os povos .....	80
3.12 Princípio da vedação de retrocesso socioambiental .....	82
3.13 Princípio <i>in dubio pro natura</i> .....	85
3.14 Dispersão de princípios na doutrina .....	86
CAPÍTULO 4	
REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA AMBIENTAL .....	87
4.1 Competência material ou administrativa comum .....	89
4.1.1 Competência material exclusiva da União .....	89
4.1.2 Competências remanescentes ou reservadas dos Estados .....	90
4.1.3 Competência material dos Municípios .....	91
4.1.4 Cooperação federativa e a LC nº 140/2011 .....	91
4.2 Competência legislativa ou formal .....	92
4.2.1 Competência legislativa privativa da União .....	93
4.2.2 Competência legislativa reservada dos Estados .....	94
4.2.3 Competência legislativa suplementar dos Municípios .....	94
4.2.4 Competência legislativa concorrente .....	98
CAPÍTULO 5	
POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE .....	105

5.1	Órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	107
5.1.1	Dever de implementação ambiental por outros órgãos e entidades da administração pública e o papel das agências reguladoras.....	109
5.1.2	Conselho Nacional do Meio Ambiente: composição, funções e poder normativo.....	110
5.1.3	Órgãos executores, seccionais e locais.....	114
5.2	Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	116
5.3	Regulação ambiental e poder de polícia ambiental.....	116
5.4	Taxa de controle e fiscalização ambiental.....	120

## CAPÍTULO 6

### LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTUDO DE IMPACTO

	AMBIENTAL.....	123
6.1	Licenciamento ambiental.....	124
6.1.1	Licença e licenciamento.....	124
6.1.2	Outras autorizações.....	125
6.1.3	Atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.....	126
6.1.4	Publicidade do licenciamento ambiental.....	131
6.1.5	Competência para o licenciamento ambiental.....	132
6.1.5.1	Competência comum e federalismo cooperativo.....	132
6.1.5.2	Competência para autorizar a supressão da vegetação nativa...	134
6.1.5.3	Competência prevista na LC nº 140/11.....	136
6.1.5.4	Competência supletiva e subsidiária.....	141
6.1.5.5	Competência para fiscalização x competência para licenciamento.....	142
6.1.5.6	Atividade ou empreendimento que impacta unidade de conservação.....	143
6.1.6	Espécies de licença ambiental.....	146
6.1.7	Prazos relacionados com a licença ambiental.....	146
6.1.8	Licenciamentos simplificados.....	149
6.1.9	Licenciamento corretivo.....	150
6.1.10	Natureza jurídica da licença.....	153
6.1.11	Alteração e desfazimento da licença.....	155
6.1.12	Direito à indenização em caso de desfazimento da licença ambiental.....	157
6.1.13	Despesas do licenciamento.....	158
6.2	Estudo de Impacto Ambiental.....	159
6.2.1	Estudos ambientais.....	159
6.2.2	Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental	161
6.2.2.1	Casos em que se exige o estudo de impacto ambiental: vinculação x discricionariedade.....	162
6.2.2.2	Requisitos do estudo de impacto ambiental: conteúdo mínimo, despesas, relação com o proponente e equipe multidisciplinar.	165
6.2.2.3	Publicidade do estudo e relatório de impacto ambiental.....	167
6.2.2.4	Audiências públicas.....	169
6.2.2.5	Funções do estudo de impacto ambiental.....	171
6.2.2.6	Estudo de impacto ambiental corretivo.....	172
6.2.3	Licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental no âmbito das licitações públicas.....	175

## CAPÍTULO 7

	ZONEAMENTO AMBIENTAL.....	177
7.1	Zoneamento como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e como exercício do poder de polícia ambiental.....	177
7.2	Competência para o zoneamento.....	178
7.3	Categorias de zoneamento e exigências.....	179
7.4	Relocalização e pré-ocupação.....	183

## CAPÍTULO 8

	TUTELA DO MEIO AMBIENTE CULTURAL E TOMBAMENTO.....	189
8.1	Conceito de patrimônio cultural.....	189

8.2	Tutela constitucional do meio ambiente cultural.....	191
8.3	Tutela infraconstitucional do patrimônio cultural.....	192
8.4	Competência para proteção do meio ambiente cultural.....	194
8.5	Proteção internacional do patrimônio cultural .....	195
8.6	Instrumentos de proteção do patrimônio cultural.....	197
8.7	Tombamento.....	198
8.7.1	Conceito e finalidade do tombamento .....	198
8.7.2	Competência para o tombamento .....	199
8.7.3	Objeto do tombamento .....	199
8.7.4	Espécies de tombamento .....	200
8.7.5	Instituição e cancelamento do tombamento .....	202
8.7.6	Efeitos do tombamento.....	203

## CAPÍTULO 9

RESPONSABILIDADE POR VIOLAÇÃO ÀS NORMAS AMBIENTAIS.....	209
---	-----

## CAPÍTULO 10

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA POR INFRAÇÕES AMBIENTAIS.....	211	
10.1	Regime da responsabilidade ambiental administrativa.....	211
10.2	Princípio da legalidade e infrações administrativas ambientais	215
10.3	Agente infrator .....	220
10.4	Competência para a definição de infrações administrativas ambientais e para a fiscalização.....	221
10.5	Dever de fiscalização pelo poder público .....	224
10.6	Devido processo administrativo ambiental .....	226
10.7	Decadência e prescrição da punição administrativa .....	229
10.8	Controle judicial da imposição de penalidade administrativa ...	234
10.9	Sanções administrativas em espécie .....	236
10.10	Sanções administrativas e o novo código florestal .....	248
10.11	Direito intertemporal e sanções administrativas .....	251

## CAPÍTULO 11

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS .....	255	
11.1	Regime da responsabilidade civil.....	255
11.2	Pressupostos da responsabilidade civil por danos ambientais	258
11.2.1	Atividade de risco para a saúde e o meio ambiente.....	258
11.2.2	Nexo de causalidade e excludentes .....	259
11.2.3	Dano ambiental .....	263
11.2.3.1	Dano ambiental material.....	263
11.2.3.2	Danos individuais reflexos ou “por ricochete” .....	265
11.2.3.3	Prescrição da pretensão à reparação dos danos ambientais.....	265
11.2.3.4	Formas de reparação do dano ambiental material.....	267
11.2.3.5	Dano moral (extrapatrimonial) coletivo .....	270
11.2.3.5.1	Reconhecimento do dano moral coletivo como evolução da responsabilidade civil.....	270
11.2.3.5.2	Nomenclatura: dano extrapatrimonial x dano moral .....	271
11.2.3.5.3	Reparabilidade do dano moral coletivo.....	271
11.2.3.5.4	Configuração do dano ambiental moral coletivo .....	273
11.2.3.5.5	Funções da reparação e a discussão sobre o <i>punitive damages</i> ..	274
11.2.3.5.6	A prova do dano moral coletivo .....	276
11.2.3.5.7	Avaliação do dano moral coletivo .....	276
11.2.3.5.8	Destinação do valor da condenação .....	277
11.3	Responsável pela reparação: poluidor ou degradador.....	277
11.4	Responsabilidade civil do Estado por danos ambientais.....	281

## CAPÍTULO 12

RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL .....	287	
12.1	Princípio da insignificância .....	288
12.2	Sujeito ativo.....	291
12.3	Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	292

12.3.1	Dupla imputação.....	294
12.3.2	Responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público .....	295
12.3.3	Penas destinadas às pessoas jurídicas.....	297
12.4	Dosimetria da pena na Lei dos Crimes Ambientais.....	298
12.5	Medidas despenalizadoras .....	300

### CAPÍTULO 13

ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS .....		303
13.1	Unidades de Conservação da Natureza.....	304
13.1.1	Competência para a instituição de unidades de conservação ..	305
13.1.2	Categorias de unidades de conservação.....	306
13.1.2.1	Unidades de conservação de proteção integral.....	306
13.1.2.2	Unidades de conservação de uso sustentável.....	308
13.1.2.3	Unidades de conservação atípicas.....	312
13.1.3	Criação, alteração e supressão de unidades de conservação .....	314
13.1.4	Zonas de amortecimento e corredores ecológicos .....	316
13.1.5	Plano de manejo e mosaico de espaços protegidos .....	317
13.2	Código Florestal.....	319
13.2.1	Áreas de Preservação Permanente .....	327
13.2.1.1	Regime jurídico de proteção das áreas de preservação permanente.....	331
13.2.1.2	Intervenção em áreas de preservação permanente.....	334
13.2.2	Reserva legal.....	336
13.2.2.1	Regime de proteção da reserva legal .....	339
13.3	Cadastro ambiental rural.....	341
13.4	Uso do fogo e controle dos incêndios.....	341
13.4.1	Programa de Regularização Ambiental.....	343
13.5	Regime da área rural consolidada e área de preservação permanente.....	345
13.6	Regime da área urbana consolidada.....	347
13.7	Áreas consolidadas em reserva legal .....	350

### CAPÍTULO 14

PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE .....		351
14.1	Política Nacional da Biodiversidade.....	351
14.2	Principais instrumentos de proteção internacional .....	353
14.3	Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado .....	355
14.4	Proteção jurídica do conhecimento tradicional associado.....	356
14.5	Acesso, remessa e exploração econômica .....	358
14.6	Repartição de benefícios .....	359

### CAPÍTULO 15

BIOSSEGURANÇA E MEIO AMBIENTE .....		363
15.1	Pesquisa com células-tronco .....	364
15.2	Licenciamento ambiental de atividade com organismo geneticamente modificado .....	365
15.3	Rotulagem de produtos que contenham transgênicos.....	366
15.4	Pesquisa e cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas e unidades de conservação .....	366

### CAPÍTULO 16

PROTEÇÃO QUÍMICA DA CULTURA E MEIO AMBIENTE: OS AGROTÓXICOS.....		369
16.1	Origem da utilização de agroquímicos .....	369
16.2	Produtos tóxicos e instrumentos internacionais de proteção.....	370
16.3	Conceito de agrotóxico .....	370
16.4	Tutela constitucional .....	371
16.5	Competência.....	371
16.6	Configuração infraconstitucional.....	373
16.7	Registro do agrotóxico .....	373
16.8	Impugnação ao registro .....	376

16.9	Destinação das embalagens de agrotóxicos e responsabilidade pós-consumo .....	377
16.10	Receituário agrônomo.....	377
16.11	Responsabilidade pelos danos à saúde e ao meio ambiente.....	378
CAPÍTULO 17		
PRODUTOS TÓXICOS: CONTROLE E TRANSPORTE .....		381
17.1	A polêmica do amianto.....	382
17.2	Transporte de produtos tóxicos.....	384
CAPÍTULO 18		
RECURSOS HÍDRICOS.....		387
18.1	Proteção constitucional e legal.....	388
18.2	Competência material e legislativa .....	391
18.3	Política Nacional de Recursos Hídricos .....	393
18.4	Outorga de recursos hídricos.....	395
18.5	Cobrança pelo uso dos recursos hídricos.....	398
18.6	Ações do poder público.....	400
18.7	Sistema Nacional de Recursos Hídricos.....	401
18.8	Infrações administrativas .....	401
CAPÍTULO 19		
MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE .....		403
19.1	Disciplina constitucional da mineração e tutela do meio ambiente.....	404
19.2	Licenciamento de atividades minerárias.....	408
19.3	Proteção do patrimônio espeleológico .....	411
19.4	Mineração em Áreas de Preservação Permanente .....	411
19.5	Mineração em área de reserva legal.....	412
19.6	Mineração em unidades de conservação.....	413
19.7	Mineração em área de vegetação da mata atlântica .....	415
CAPÍTULO 20		
POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....		417
CAPÍTULO 21		
POLÍTICA ENERGÉTICA E MUDANÇA DO CLIMA .....		423
21.1	Política energética e meio ambiente.....	425
21.2	Mudança do clima .....	429
21.2.1	Política Nacional sobre Mudança do Clima e o princípio do desenvolvimento sustentável.....	431
21.2.2	Instrumentos internacionais de combate ao aquecimento global .....	436
CAPÍTULO 22		
TUTELA PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE.....		439
22.1	Direito fundamental ao acesso à justiça ambiental.....	440
22.2	Ações judiciais ambientais .....	444
22.3	Legitimidade ativa para ações coletivas.....	445
22.4	Legitimidade passiva .....	449
22.5	Desconsideração da personalidade jurídica em matéria ambiental.....	449
22.6	Objeto da ação coletiva .....	451
22.7	Liminares nas ações judiciais em defesa do meio ambiente .....	456
22.8	Prova e perícia .....	458
22.9	Despesas processuais .....	460
22.10	Sentença e coisa julgada.....	461
CONCLUSÃO.....		467
REFERÊNCIAS.....		469